

O ALGARVE
23 MAR 12



Loja de Portimão estava orçada em €1,5 milhões e implicava €700 mil da Câmara. Próxima semana pode ser decisiva.

Portimão «perde a vez» na Loja do Cidadão?

PORTIMÃO Quase um milhão de euros podem estar em risco de rumar para outras paragens, devido à falta de execução do Programa Operacional Algarve 21 por parte da Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e da Câmara de Portimão. Em causa, a construção da Loja do Cidadão na cidade, projecto orçado em 1,5 milhões de euros e cuja comparticipação comunitária ascendia a 926 mil euros. À luz da última resolução do Conselho de Ministros, que prevê o cancelamento de projectos com execução inferior a 10 por cento das verbas alocadas, a estrutura de Portimão pode estar efectivamente em risco, mas as autoridades para já, preferem o silêncio. Contactada pelo O ALGARVE, a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve não quer alongar-se em comentários: "O gestor do programa operacio-

nal do Algarve (PO Algarve21) não comenta porque está em curso uma interpretação interna do processo e uma reprogramação", afirma. Por seu turno, a Câmara de Portimão também considera que a altura não é a ideal para falar. Fonte da autarquia esclareceu, no entanto, que o projecto não avançou devido a vários factores, entre eles a localização. "A verba estava alocada, havia programas de adaptação e estavam a definir-se os serviços que iam para lá, mas implicava ainda assim 700 mil euros de investimento da autarquia e o edifício previsto não estava disponível", justifica. "Houve um desfasamento", conclui. A AMA também não respondeu às nossas questões.

A questão tornou-se agora política, à medida que a oposição exige explicações à autarquia governada pelo executivo de Manuel da Luz: "Aquilo que sei

é que até há uma semana não tinham entrado os projectos e a autarquia poderá perder os 1,5 milhões de euros que estavam previstos", reclama Pedro Caçorino, líder local do CDS-PP. "É mais um exemplo de que a autarquia está sem norte, sem rumo e é o desbaratar de uma oportunidade", critica. Pedro Xavier, o líder do PSD-Portimão, também não poupa o executivo socialista: "A localização prevista era um projecto de mega-recuperação. O Estádio e o Auditório eram para demolir, junto com umas casinhas para ir abaixo e fazer tudo de novo. Mas isso era um projecto megalómano, como tudo o que tem sido feito por esta Câmara", lança. Segundo Xavier, na última sessão de Câmara abordou-se novo projecto, desta vez com a ideia implicando a construção de um hotel, mas permanecem as dificuldades de financiamento. Soluções? Não sabe. "Nós de-

fendemos sempre que o projecto ande para a frente. Tem-se falado muito, mas a Câmara não deliberou nada. Estão calados, porque se existe um contrato entre a Câmara e o Estado, temos de perceber qual é", afirma o social-democrata. Questionados sobre esta matéria, nem a Câmara nem a CCDR-Algarve pretenderam confirmar ou desmentir a manutenção do financiamento para o projecto. Segundo O ALGARVE apurou, a par da reprogramação de fundos pelo Ministério da Economia - intitulada "Operação Limpeza" - estará agora em estudo por parte da autarquia uma nova localização na zona do comércio tradicional. A próxima semana poderá ser decisiva para encontrar uma solução financeira para a instalação dos serviços na capital do Barlavento.

> Mário Lino

Autarquia projecta investimento de 56 milhões no centro histórico

LAGOS O investimento estimado para a Área de Reabilitação Urbana criada para o centro histórico da cidade é superior a 56 milhões de euros e a autarquia

to, cerca de 40 milhões, será suportada por privados, os quais beneficiarão de um conjunto de apoios e incentivos, nomeadamente em termos financeiros

venções em edifícios da Câmara, como a remodelação do Museu Municipal. Ao nível do sector privado, existe a intenção de criação de um pólo comercial

em mau estado (têm condições de habitabilidade, mas estão degradados).

Segundo os últimos dados disponíveis, vivem nesta zona

Câmara
revê
da água

LAGOS O cimento de e resíduos Lagos, em deste ano. de a Câmara reclamação

As junta inicialmente cam exclusão saneamento urbanos, s como cor tação, teno proprietári mesmas ta principais.

As junta bém vão idêntico a particular social, esec e associaç vos, delibe reunião de

Bota
fecho
do tr

MONCHI

deputado círculo de contra o e: bunal de de uma redrê, presic na segund fez uma ex dirigindo- Justiça, or esta medic tos da pop favorecida sua exposi facto de co tísticas apr decisã sã necessitan radas. Seg as distânc cas entre não têm a para o Go populaçã as instalaç recentes, c custo zero quanto o irá acarret nômico no